

	<p align="center"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### ÓRGÃO:

Prefeitura Municipal de Tarauacá

### SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Planejamento / Setor de Engenharia  
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEMEL

### RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Francisco Ednilton Santos Nascimento  
Diretor de Esporte  
Portaria nº 210/2025  
E-mail: [secesportitva@gmail.com](mailto:secesportitva@gmail.com)

Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia  
Assessora Técnica em Engenharia  
Portaria nº 202/2025  
E-mail: [planejamentotarauaca@gmail.com](mailto:planejamentotarauaca@gmail.com)

Creuzilene de Matos Dantas  
Gerente de Convênios  
Portaria nº 283/2025  
E-mail: [planejamentotarauaca@gmail.com](mailto:planejamentotarauaca@gmail.com)

João Janicélio Marinho Fonteneles  
Secretário Municipal de Esporte e Lazer  
Decreto nº 041/2025  
E-mail: [secesportitva@gmail.com](mailto:secesportitva@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. A Contratação atenderá os preceitos e recomendações contidos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso:

**Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte e a Prefeitura Municipal de Tarauacá.**

1.2. Nome do Projeto: Construção de Quadra Poliesportiva Coberta, na comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, em atendimento ao Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá.

1.3 - Localização da Obra: A obra será executada na comunidade Aldeia do Caucho / terra indígena, situado no rio Murú, zona rural, no Município de Tarauacá/Acre.



**IMAGEM 01: Coordenadas: Latitude: 8°14'45.86"S**  
**Longitude: 70°45'13.82"O**

1.4 - O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem como objetivo avaliar alternativas de contratação pública para o objeto a ser licitado, oriundo do em atendimento ao Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município, sobretudo a população da comunidade, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (ART. 18, § 1º, I DA LEI N. 14.133/21)**

2.1 - A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Tarauacá/Acre identificou a necessidade de realizar a contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na Comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, em atendimento ao Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá.

2.2 - Atualmente, a Comunidade do Caucho não dispõe de infraestrutura esportiva adequada para a prática regular de atividades físicas, esportivas, recreativas e comunitárias. A inexistência de uma quadra poliesportiva coberta limita significativamente o acesso da população local, especialmente crianças, adolescentes e jovens, a espaços apropriados para o desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer, bem como, para a realização de eventos comunitários, educacionais e sociais. Tal situação contribui para a ociosidade, reduz as oportunidades de convivência social e dificulta a implementação de políticas públicas voltadas ao esporte, lazer, inclusão social e promoção da saúde.

2.3 - O problema identificado impacta diretamente o interesse público, uma vez que o esporte e o lazer constituem direitos sociais assegurados pela Constituição Federal e instrumentos relevantes para o fortalecimento do convívio comunitário, a prevenção de vulnerabilidades sociais, a melhoria da qualidade de vida e a promoção do bem-estar da população. A ausência de equipamento público adequado compromete a efetividade das ações governamentais destinadas ao desenvolvimento humano, à integração social e à valorização da cidadania no âmbito da comunidade rural.

2.4 - Além disso, a execução do objeto é imprescindível para o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo Município de Tarauacá no Convênio SICONV nº 942470/2023. O não atendimento ao objeto pactuado pode acarretar prejuízos institucionais, financeiros e administrativos, incluindo a devolução de recursos federais, a restrição à celebração de novos convênios e o comprometimento da credibilidade do Município perante os órgãos concedentes.

2.5 - Dessa forma, a contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho / terra indígena, revela-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, pois visa suprir uma carência estrutural relevante, garantir o acesso da população local a equipamentos públicos essenciais, fomentar a prática esportiva e o lazer, fortalecer a integração comunitária e assegurar o cumprimento do convênio firmado, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida da comunidade atendida.

2.6 - Sob a perspectiva do interesse público, a contratação é imprescindível para:

- Promoção da Saúde e Lazer: A quadra poliesportiva incentiva a prática de atividades físicas, combatendo o sedentarismo e contribuindo para a prevenção de doenças crônicas.
- Educação e Esporte: Oferece um local adequado para as aulas de Educação Física e atividades esportivas nas escolas indígenas, beneficiando crianças e jovens.
- Inclusão Social e Coesão Comunitária: Atua como um agente de mudança para jovens, oferecendo alternativas de lazer, além de ser um ponto de encontro para a realização de eventos comunitários.
- Fortalecimento Cultural: O espaço pode ser utilizado para a prática de jogos tradicionais e atividades que valorizam a cultura e a tradição local, fortalecendo a identidade indígena.
- Garantia de Direitos: Atende ao direito dos povos indígenas ao esporte, cultura e lazer, garantindo infraestrutura adequada em áreas remotas ou aldeias.
- Infraestrutura de Qualidade: A construção de uma quadra coberta e equipada permite o uso durante todo o ano, independentemente das condições climáticas.

2.7 - Dessa forma, a construção da Quadra Poliesportiva coberta configura-se como necessidade pública urgente e imprescindível, essencial para garantir o acesso dos povos originários ao esporte e lazer, assegurando a conformidade com o termo de Convênios e evitar prejuízos assistenciais, sociais e financeiros ao Município de Tarauacá.

2.8 - A contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratações públicas. O art. 11 da referida norma determina que as contratações públicas devem observar os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e sustentabilidade.

#### **Justificativa quanto à autorização para execução de obra em terras indígenas**

2.9 - A construção da Quadra Poliesportiva coberta na Comunidade do Caucho, no Município de Tarauacá/Acre, encontra-se devidamente autorizada para execução em área que contempla terra indígena, atendendo às exigências legais e institucionais aplicáveis a esse tipo de intervenção.

2.10 - A obra possui AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS Nº 52/2025/COIC/CGPDS/DPDS-FUNAI, expedida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, por meio de seus órgãos competentes, o que comprova que o empreendimento foi

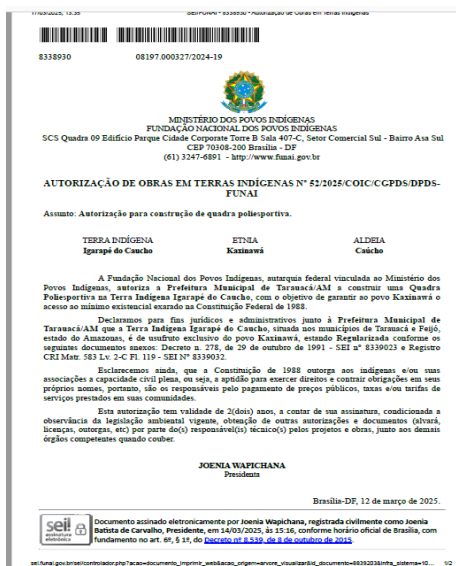
 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL <b>TARAUACÁ</b> UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p align="center"><b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

analisado sob os aspectos legais, técnicos, sociais e culturais relacionados à proteção dos direitos dos povos indígenas.

2.11 - A referida autorização atesta que a intervenção proposta é compatível com o uso da área, não afronta os direitos territoriais, sociais e culturais da comunidade indígena envolvida e atende ao interesse público, especialmente por se tratar de equipamento comunitário voltado à promoção do esporte, do lazer, da convivência social e da melhoria da qualidade de vida da população local, incluindo a população indígena beneficiária.

2.12 - Ressalta-se que a obtenção da autorização da FUNAI demonstra que foram observados os procedimentos de diálogo institucional, análise de impactos socioculturais e respeito às especificidades da comunidade indígena, em consonância com a legislação vigente e com os princípios constitucionais de proteção aos povos indígenas. Tal providência confere segurança jurídica à Administração Municipal para a execução da obra, afastando riscos de irregularidade quanto à ocupação ou intervenção em terras indígenas.

2.13 - Dessa forma, a existência da AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS Nº 52/2025/COIC/CGPDS/DPDS-FUNAI constitui elemento essencial de legitimidade da contratação e da execução do objeto, reforçando que a construção da quadra poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho é legalmente permitida, socialmente adequada e alinhada ao interesse público, aos direitos da comunidade indígena e às boas práticas da Administração Pública.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS  
SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporate Torre B Sala 407-C, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul  
CEP 70308-200 Brasília - DF  
(61) 3247-6891 - <http://www.funai.gov.br>

**AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM TERRAS INDÍGENAS Nº 52/2025/COIC/CGPDS/DPDS-FUNAI**

Assunto: Autorização para construção de quadra poliesportiva.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	ALDEIA
Igarapé do Caucho	Katinawá	Caucho

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, autoriza a Prefeitura Municipal de Tarauacá-AM a construir uma Quadra Poliesportiva na Terra Indígena Igarapé do Caucho, com o objetivo de garantir ao povo Katinawá o acesso ao mínimo existencial previsto na Constituição Federal de 1988.


Declaramos para fins jurídicos e administrativos junto à Prefeitura Municipal de Tarauacá-AM que a Terra Indígena Igarapé do Caucho, situada nos municípios de Tarauacá e Feijó, estado do Acre, é de domínio exclusivo do povo Katinawá, estando Regularizada conforme os seguintes documentos anexos: Decreto nº 278, de 29 de outubro de 1991 - SEI nº 8339023 e Registro CRI Matr. 583 Lx 2-C Fl. 119 - SEI nº 8339022.

Declaramos ainda, que a Constituição de 1988 outorga aos indígenas e/ou suas associações a capacidade civil plena, ou seja, a aptidão para exercer direitos e contrair obrigações em seus próprios nomes, portanto, são os responsáveis pelo pagamento de preços públicos, taxas e/ou tarifas de serviços prestados em suas comunidades.

Esta autorização tem validade de 2(dois) anos, a contar de sua assinatura, condicionada à observância da legislação ambiental vigente, obtenção de outras autorizações e documentos (Alvará, licenças, outorgas, etc) por parte do(s) responsável(is) técnico(s) pelas propostas e obras, junto aos demais órgãos competentes quando couber.

**JOENIA WAPICHANA**  
Presidente

Brasília-DF, 12 de março de 2025.

 Documento assinado eletronicamente por Joenia Wapichana, registrada civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente, em 14/03/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

[www.funai.gov.br/portal/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_e\\_solicitar\\_documento&id\\_documento=8339023&id\\_instituicao=10...](http://www.funai.gov.br/portal/controlador.php?acao=documento_imprimir_e_solicitar_documento&id_documento=8339023&id_instituicao=10...) 1/2

### **3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL- (ART. 18, § 1º, II DA LEI 14.133/2021).**

3.1 - A contratação referente à Construção de Quadra Poliesportiva coberta, localizada na Comunidade da Aldeia do Caucho, no Município de Tarauacá, encontra respaldo no planejamento institucional do Município, uma vez que decorre diretamente do Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá. A formalização do convênio pressupõe a prévia identificação da necessidade, a definição do objeto e a compatibilidade da contratação com o planejamento administrativo e orçamentário do ente municipal.

3.2 - Embora o Plano de Contratações Anual tenha como finalidade a consolidação e racionalização das demandas de contratações previstas para o exercício, a presente contratação decorre de planejamento prévio formalizado em instrumento de transferência voluntária da União, aprovado tecnicamente e financeiramente pelo órgão concedente, o que evidencia sua compatibilidade com as diretrizes de planejamento governamental e com as prioridades definidas pela Administração Municipal.

3.3 - Ainda que o Município de Tarauacá não possua Plano de Contratações Anual formalizado nos moldes previstos para a Administração Pública Federal, a demanda objeto deste Estudo Técnico Preliminar está alinhada aos instrumentos de planejamento existentes, em especial às políticas públicas municipais voltadas à promoção do esporte, do lazer e da inclusão social, bem como, ao planejamento orçamentário decorrente da captação de recursos federais vinculados ao Programa Calha Norte.

3.4 - A execução do objeto conveniado pressupõe a adoção de providências administrativas e orçamentárias compatíveis com o planejamento anual, estando a contratação integrada às ações estratégicas do Município voltadas à promoção do esporte, do lazer, da inclusão social e do desenvolvimento comunitário, especialmente em áreas rurais e comunidades mais afastadas da zona urbana.

3.5 - Dessa forma, a contratação demonstra aderência ao planejamento institucional e às diretrizes setoriais da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, bem como compatibilidade com os instrumentos de planejamento da Administração Municipal, na medida em que viabiliza o cumprimento de compromisso formal assumido, assegura a correta aplicação dos recursos públicos transferidos e contribui para a consecução de políticas públicas previamente definidas.

3.6 - A obra atende ao princípio do planejamento, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e demonstra coerência entre a necessidade identificada, a fonte de recursos disponível e os instrumentos de planejamento institucional aplicáveis.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, III DA LEI 14.133/2021).

4.1 - A contratação destinada à Construção de Quadra Poliesportiva coberta na Comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, deverá ser realizada em estrita conformidade com o ordenamento jurídico aplicável às obras públicas, especialmente aquelas custeadas com recursos provenientes de transferência voluntária da União. A contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que se refere às regras específicas para obras e serviços de engenharia, abrangendo todas as fases do ciclo da contratação, desde o planejamento, passando pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do projeto básico e/ou executivo, do edital, até a execução, fiscalização, gestão e encerramento do contrato.

4.2 - Deverá ser assegurada a coerência técnica e jurídica entre o Estudo Técnico Preliminar, o projeto básico, o termo de referência e o instrumento convocatório, conforme previsto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, evitando inconsistências que possam comprometer a execução do objeto ou a legalidade do certame. A execução da obra deverá atender rigorosamente às condições, metas, etapas e cronograma estabelecidos no Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado com o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, bem como às orientações técnicas, operacionais e financeiras constantes do plano de trabalho aprovado e dos manuais e normativos expedidos pelo órgão concedente.

4.3 - A contratação deverá respeitar a legislação federal, estadual e municipal pertinente às obras públicas, incluindo normas urbanísticas, regras de uso e ocupação do solo, código de obras, posturas municipais e demais exigências administrativas aplicáveis, devendo ser obtidas previamente todas as autorizações e licenças necessárias. A execução da obra deverá observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis à construção civil, especialmente aquelas relacionadas a estruturas, fundações, sistemas de cobertura, instalações elétricas e hidráulicas, drenagem, desempenho das edificações, segurança e acessibilidade.

4.4 - Também deverão ser atendidas as exigências da legislação ambiental vigente, incluindo a Política Nacional do Meio Ambiente, devendo ser providenciada, quando aplicável, a regularização ambiental da obra junto ao órgão competente, bem como o cumprimento das condicionantes eventualmente estabelecidas. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho, garantindo condições adequadas de saúde e segurança aos trabalhadores, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

4.5 - A quadra poliesportiva a ser construída deverá atender às normas de acessibilidade vigentes, assegurando condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

reduzida, em observância à legislação específica e às normas técnicas correlatas. Por fim, a contratação deverá ser compatível com a dotação orçamentária disponível, com o cronograma físico-financeiro do convênio e com as regras de liberação, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos envolvidos.

**4.6 - A empresa contratada deve atender os normativos:**

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e das legislações pertinentes aplicáveis às edificações escolares, para execução de todos os serviços na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de atestado de capacidade técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Observância às diretrizes para obras educacionais padrão;
- j) Execução de todos os serviços remanescentes conforme projeto executivo aprovado, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro;
- k) Observância da Lei nº 14.133/2021, em especial quanto às regras aplicáveis às obras e serviços de engenharia, abrangendo a fase de planejamento, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do projeto básico e/ou executivo, do edital, da execução contratual, da fiscalização e da gestão do contrato.

- l) Cumprimento das normas e orientações do Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, especialmente aquelas constantes do instrumento de convênio, do plano de trabalho aprovado e dos manuais técnicos e operacionais aplicáveis à execução, fiscalização, medição e prestação de contas.
- m) Cumprimento da legislação ambiental vigente, incluindo a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), bem como exigências de licenciamento ambiental ou dispensa, quando aplicável, conforme orientação do órgão ambiental competente;
- n) Observância da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, garantindo condições adequadas de saúde e segurança aos trabalhadores envolvidos na execução da obra;
- o) Atendimento à legislação de acessibilidade, em especial à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas correlatas, assegurando que a quadra poliesportiva seja acessível a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- p) Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- q) Dos serviços a serem executados, dos materiais e a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações do projeto, do memorial descritivo e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- r) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra está estabelecido no orçamento através do cronograma físico e financeiro;
- s) Convênio nº 942470/2023 (Ministério da Defesa – Programa Calha Norte) – requisitos e condicionantes previstos no instrumento, especialmente no que se refere à aplicação de recursos, prestação de contas e observância do plano de trabalho.

#### 4.6.1 - Requisitos Operacionais e Logísticos

- Disponibilidade de Equipamentos e Ferramentas: A contratada deverá dispor ou ter acesso comprovado a equipamentos e ferramentas compatíveis com as atividades previstas no projeto executivo.
- Fornecimento de Insumos: A empresa será responsável pela aquisição e fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e demais elementos necessários para a conclusão da obra, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias.
- Utilização de materiais certificados e de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas.

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

#### 4.6.2 - Requisitos Legais e Administrativos

- Regularidade Fiscal e Trabalhista: A contratada deverá apresentar certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como regularidade perante o FGTS e a Justiça do Trabalho.
- Garantia Contratual: Poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em até 5% do valor do contrato, para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- Segurança do Trabalho: A empresa deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho (NRs), garantindo condições adequadas aos trabalhadores durante a execução da obra.
- Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental: As atividades deverão ser conduzidas com atenção às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, minimizando impactos ambientais e promovendo a inclusão de mão de obra local, sempre que possível. A contratação observará os princípios da sustentabilidade, priorizando:
  - Redução de desperdícios na construção civil;
  - Uso eficiente de recursos e energia;
  - Previsão de coleta e destinação adequada de resíduos;
  - Estímulo à contratação de mão de obra local e inclusão produtiva.

#### 4.6.3 - Requisitos de sustentabilidade da contratação

4.6.3.1 - A contratação deverá incorporar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, considerando o ciclo de vida do objeto e a redução de impactos ambientais decorrentes da execução da obra. Nesse sentido, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- ✓ Utilização racional de recursos naturais, priorizando técnicas construtivas que reduzam o consumo de água, energia e matérias-primas, bem como o desperdício de materiais durante a execução da obra;
- ✓ Emprego, sempre que tecnicamente viável, de materiais e insumos com menor impacto ambiental, durabilidade adequada, procedência regular e conformidade com normas técnicas e ambientais;
- ✓ Previsão de soluções que favoreçam a eficiência energética da edificação, especialmente em razão da cobertura da quadra, buscando ventilação natural, iluminação natural e redução da necessidade de consumo energético artificial;

- ✓ Adoção de práticas adequadas de gestão de resíduos da construção civil, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002, incluindo a segregação, o reaproveitamento e a destinação ambientalmente adequados dos resíduos gerados;
- ✓ Previsão de medidas que minimizem impactos ambientais locais durante a execução da obra, tais como controle de poeira, ruídos, e proteção do solo e da vegetação existente, quando aplicável;
- ✓ Priorização de soluções construtivas que assegurem maior vida útil da edificação, menor necessidade de manutenção corretiva e menores custos de operação ao longo do tempo, promovendo a sustentabilidade econômica do investimento público;
- ✓ Observância de condições de trabalho dignas, seguras e regulares para os trabalhadores envolvidos, contribuindo para a sustentabilidade social da contratação;
- ✓ Consideração de aspectos de logística e execução compatíveis com a realidade da Comunidade do Caucho, reduzindo impactos negativos decorrentes do transporte de materiais e da mobilização de equipamentos.

4.6.3.2 - Esses requisitos legais e de sustentabilidade visam assegurar que a contratação atenda não apenas às exigências normativas, mas também aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da economicidade e do interesse público, garantindo que a obra produza benefícios duradouros à comunidade atendida.

#### 4.7 – Subcontratação

4.7.1 – Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes do serviço, mediante justificativa técnica, vedada a subcontratação total do objeto.

4.7.2 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.3 – Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.7.4 – Qualquer subcontratação feita sem autorização escrita do contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

4.7.5 – A critério do fiscal do contrato, a contratada exigirá de seus subcontratados documentos equivalentes a habilitação técnica da contratada solicitada na etapa de habilitação do processo licitatório originário desta contratação que servirão para avaliar a capacidade técnica da subcontratada, a qual será juntada aos autos do processo correspondente.

4.7.6 – Caso seja autorizada a subcontratação, o fiscal exigirá que a contratada apresente cópia da ART / RRT dos serviços a serem realizados pela empresa subcontratada, mantida a responsabilidade solidária da contratada.

#### 4.8 – Vistoria

4.8.1 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, que deverá ser agendado diretamente com o setor competente.

4.8.2 - Poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado via e-mail: [planejamentotarauaca@gmail.com](mailto:planejamentotarauaca@gmail.com) ou com documento protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000.

4.8.3 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

#### 4.9 – Participação de Consórcio

4.9.1 - A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela.

4.9.2 – Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, caput da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a autuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

4.9.3 – A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção, não exige qualificação distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

4.10 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2023 e outros pertinentes definidos no edital.

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, IV DA LEI 14.133/2021).**

5.1 - As quantidades estimadas para a contratação relativa à Construção de Quadra Poliesportiva coberta na Comunidade do Caucho / terra indígena, decorrem diretamente do objeto definido no Convênio SICONV nº 942470/2023 e do escopo físico estabelecido no respectivo plano de trabalho aprovado pelo órgão concedente. A contratação compreende a execução integral de uma unidade de quadra poliesportiva coberta, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos e etapas necessárias à sua completa implantação e ao pleno funcionamento do equipamento público.

5.2 - A estimativa de quantidades deverá ser fundamentada em projeto básico ou anteprojeto de engenharia elaborado especificamente para a obra, no qual estejam definidos o dimensionamento da quadra, a área construída, o tipo de cobertura, os sistemas estruturais, as instalações elétricas e hidráulicas, os elementos de drenagem, os acabamentos, os equipamentos

esportivos e os itens de acessibilidade. As quantidades físicas dos serviços e materiais deverão ser extraídas a partir de levantamentos técnicos, plantas, cortes, memoriais descritivos e especificações técnicas, observando-se padrões usuais de mercado e normas técnicas aplicáveis.

5.3 - A memória de cálculo das quantidades deverá considerar, de forma detalhada e justificada, cada etapa da obra, incluindo, entre outras, os serviços preliminares, movimentação de terra, fundações, estruturas, cobertura, pisos, instalações, pintura, urbanização do entorno e demais serviços complementares necessários à entrega da quadra em condições adequadas de uso. Sempre que possível, as estimativas deverão ser confrontadas com parâmetros de obras similares executadas pelo Município ou por outros entes públicos, especialmente aquelas realizadas no âmbito do Programa Calha Norte, de modo a conferir maior confiabilidade às projeções adotadas.

5.4 - As quantidades estimadas também deverão observar o cronograma físico-financeiro do convênio, garantindo compatibilidade entre as etapas executivas, os prazos estabelecidos e os desembolsos previstos, de forma a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e o cumprimento dos prazos pactuados. Eventuais margens técnicas deverão ser justificadas com base em critérios de segurança, desempenho e durabilidade da edificação, evitando superdimensionamentos ou subdimensionamentos que possam comprometer a economicidade ou a funcionalidade da obra.

5.5 - Dessa forma, as estimativas de quantidades e respectivas memórias de cálculo constituem elemento essencial para a adequada definição do objeto, para a estimativa do valor da contratação e para a futura fiscalização da execução contratual, devendo ser elaboradas com base em critérios técnicos, dados objetivos e documentação de suporte, garantindo transparência, precisão e aderência ao interesse público.

 <p style="font-size: small;">Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 <b>PREFEITURA MUNICIPAL</b> <b>TARAUACÁ</b> UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p><b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	---

**Imagem 02 – Memória de Cálculo do referido projeto**

5.6 - O objeto ficou caracterizado da seguinte maneira:

**O CONVÊNIO CONTEMPLARÁ, CANTEIRO DE OBRAS, COM PLACA, E BARRACÃO, LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA. A INFRA E A SUPERESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, COM BLOCOS + ESTACAS, VIGAS INFERIORES, PILARES E VIGAS SUPERIORES. A COBERTURA SERÁ EM ESTRUTURA METÁLICA COM TELHA DE AÇO. QUADRA COM CONTORNO EXECUTADO COM MURETA DE ALVENARIA E ALAMBRADO, OS TUBOS DO ALAMBRADO RECEBERÃO UM PROLONGAMENTO PARA GARANTIR UMA BOA FIXAÇÃO NA MURETA DA ALVENARIA. AS PEÇAS ESTRUTURAIS DE CONCRETO ARMADO COM ACABAMENTO EM ARGAMASSA (CHAPISCO E REBOCO), E PINTURA. O PISO SERÁ DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ARMAÇÃO DE TELA, E ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI E DEMARCAÇÃO DAS MODALIDADES, VÔLEI, FUTEBOL E HANDEBOL.**

### IMAGEM 03 – Distribuição dos blocos

obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

5.10 - No caso, a documentação relativa à qualificação técnico profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021. Os serviços requeridos em atendimento ao Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, é a relevância técnica do objeto do certame. Segue anexo ao ETP a definição do Acervo técnico a ser requerido na licitação.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

**DEFINIÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- 1.1. Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso: 942470/2023
- 1.2. Nome do Projeto: Construção de Quadra Poliesportiva na Aldeia do Caucho
- 1.3. Localização da Obra: Aldeia do Caucho, Tarauacá, Acre.
- 1.4. Requisitante: Prefeitura de Tarauacá

**OBJETIVO:** Definição de capacidade técnica para comprovação de que a licitante, como unidade econômica agrupadora de bens e pessoas, já executou, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:**

Tomando por base a Planilha Orçamentária para a contratação do objeto em epígrafe, faz-se necessário que os licitantes comprovem através de atestados de capacidades técnicas as quantidades abaixo relacionadas:

Item	Discriminação	Quantidade
11.4	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS COM PERFIL CENTRÍFUGO C127X50X17X2,25MM	1.319,73 Kg
11.6	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO ICAMENTO.	363,17 m²
12.2	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM, COM TELA 10X10CM, ACABAMENTO POLIDO	311,60 m²

**DA CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL:**

Comprovação da empresa, que possui em seu corpo técnico, profissionais de nível superior com formação, conforme indicação a seguir, detentor de atestado (s), averbados pelo CREA/CAU, em nome do próprio Responsável Técnico, que comprove (m) ter o(s) profissional (is):

Item	Discriminação
------	---------------



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

1.0	Engenheiro Civil ou Arquiteto
2.0	Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho

**ENCERRAMENTO:**

- 1.5. Finalizo ainda considerando aprovada a planilha orçamentária e projetos para a contratação de empresa especializada a Construção de Quadra Poliesportiva, na Aldeia do Caucho, no município de Tarauacá/AC, objeto do Convênio SICONV de nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, Programa Calha Norte e a Prefeitura de Tarauacá.

Sem mais,

Tarauacá, Acre, 02 de fevereiro de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ  
Secretaria de Planejamento  
Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia  
Engenheira Civil - CREA: 21.656-D/AC

**Documento da Definição do Acervo Técnico - Anexo**

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO- (ART. 18, § 1º, V DA LEI 14.133/2021).**

6.1 - Para atendimento da necessidade identificada, consistente na promoção do esporte, do lazer, da inclusão social e no cumprimento do Convênio SICONV nº 942470/2023, foram

analisadas as possíveis alternativas disponíveis à Administração Pública para solucionar o problema enfrentado pela Comunidade do Caucho.

6.2 - A primeira alternativa considerada foi a manutenção da situação atual, sem a realização da obra. Essa opção mostrou-se inadequada, pois não atende ao interesse público, perpetua a carência de infraestrutura esportiva na comunidade, inviabiliza a implementação de políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer e, sobretudo, resulta no descumprimento das obrigações assumidas pelo Município no convênio firmado com a União, com potenciais prejuízos financeiros, administrativos e institucionais.

6.3 - Outra alternativa analisada consistiu na implantação de uma quadra poliesportiva sem cobertura. Embora essa solução apresentasse menor custo inicial de execução, mostrou-se tecnicamente insuficiente para a realidade local, uma vez que a ausência de cobertura limita significativamente o uso do equipamento em períodos de chuvas intensas e de forte incidência solar, comuns na região amazônica. Tal limitação comprometeria a funcionalidade da estrutura, reduziria sua vida útil, restringiria a realização de atividades esportivas, educacionais e comunitárias ao longo do ano e não atenderia integralmente às especificações previstas no plano de trabalho do convênio.

6.4 - Também foi considerada a possibilidade de adaptação ou ampliação de estruturas existentes. Contudo, verificou-se que a Comunidade do Caucho não dispõe de equipamento público com características técnicas, localização e condições estruturais compatíveis que permitam a adequação para funcionamento como quadra poliesportiva coberta, tornando essa alternativa inviável sob os aspectos técnico e operacional.

6.5 - Diante da análise realizada, concluiu-se que a construção de uma quadra poliesportiva com cobertura, conforme previsto no Convênio SICONV nº 942470/2023, constitui a solução mais adequada sob os pontos de vista técnico, econômico e social. Trata-se de solução amplamente difundida no mercado, com métodos construtivos consolidados, disponibilidade de fornecedores e materiais, facilidade de fiscalização e manutenção, além de compatibilidade com os padrões técnicos exigidos pelo Programa Calha Norte.

6.6 - Sob o aspecto econômico, embora a solução envolva investimento inicial superior em comparação a alternativas mais simplificadas, apresenta melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, considerando a maior durabilidade da edificação, a ampliação do período de uso, a redução de custos com manutenção corretiva e a maximização dos benefícios sociais gerados à comunidade. Ademais, a solução escolhida é a única que assegura o cumprimento integral do objeto pactuado no convênio, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos transferidos.

6.7 - Assim, a construção da quadra poliesportiva com cobertura revela-se tecnicamente viável, economicamente vantajosa e plenamente aderente ao interesse público, sendo a alternativa que

melhor atende às necessidades da Administração e da população da Comunidade do Caucho, uma vez que, atende aos princípios do convênio.

6.8 - Vale ressaltar que se trata de obra/serviço de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de concorrência, em sua forma eletrônica, através do site; [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) . **Entretanto, conforme os valores estimados do projeto executivo elaborado para a contratação pretendida, e de acordo com a natureza do objeto enquadra-se na modalidade concorrência, devendo ser respeitado o prazo mínimo de publicação do edital de 10 (dez) dias úteis por tratar-se de Obras e Serviços Comuns de Engenharia, nos termos do inciso I.**

6.9 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Lei nº 14.133/21, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas na lei que vedam sua aplicação.

6.10- Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o estudo técnico preliminar – ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação

6.11 - Tendo em vista a natureza do objeto, há no mercado Nacional diversas empresas de engenharia para realização de Obras e Serviços, o que possibilita ampla concorrência e vantagens a Administração Pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

## **7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VI DA LEI 14.133/2021).**

7.1 - A estimativa do valor da contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho deverá ser elaborada com base em critérios técnicos objetivos, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, observando-se ainda as diretrizes aplicáveis às obras públicas custeadas com recursos do Convênio SICONV nº 942470/2023.

7.2 - O valor estimado da contratação deverá ser obtido a partir de orçamento detalhado da obra, elaborado com base no projeto básico ou anteprojeto de engenharia, contemplando todos os serviços, materiais, equipamentos, encargos sociais, tributos, custos indiretos, administração local, mobilização e desmobilização, bem como demais componentes necessários à execução integral do objeto. O orçamento deverá ser estruturado por meio de planilha orçamentária, contendo os quantitativos devidamente apurados, os preços unitários referenciais e o valor global estimado da obra.

7.3 - A pesquisa de preços deverá utilizar como referência principal sistemas oficiais de custos de obras públicas, especialmente tabelas referenciais reconhecidas nacionalmente, tais como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, observada a base territorial correspondente ao Estado do Acre ou, na ausência de composições específicas, a utilização de composições compatíveis, devidamente ajustadas e justificadas. Poderão ser utilizadas, de forma complementar, informações provenientes de contratações similares realizadas por outros entes públicos, especialmente aquelas executadas no âmbito do Programa Calha Norte, desde que devidamente atualizadas e compatíveis com o escopo da obra.

7.4 - Os preços unitários adotados deverão refletir valores praticados no mercado local ou regional, considerando as particularidades logísticas da Comunidade do Caucho, incluindo custos de transporte de materiais, acesso ao local da obra e condições de execução. Sempre que necessário, deverão ser aplicados critérios de atualização monetária dos preços, utilizando índices oficiais setoriais, de forma a assegurar a fidedignidade da estimativa.

7.5 - A memória de cálculo da estimativa de valor deverá ser devidamente documentada, contendo a identificação das fontes utilizadas, as datas de referência dos preços, os critérios adotados para composição dos custos e os parâmetros considerados para eventuais ajustes. Essa documentação deverá integrar o processo administrativo da contratação, garantindo transparência, rastreabilidade e segurança jurídica.

7.6 - Dessa forma, a estimativa do valor da contratação visa assegurar que o orçamento reflita de maneira adequada o custo real da execução da obra, evitando sobrepreço, subdimensionamento ou riscos à execução contratual, e contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

7.7 - Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima foram criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, bem como o cálculo dos coeficientes, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços praticados no mercado local, por intermédio de comprovação por meio de documentos fiscais ou orçamentos prévios.

7.8- Com isso, baseado no orçamento aprovado, **o valor estimado para esta obra é de R\$ 900.697,09 (novecentos mil, seiscentos e noventa e sete reais e nove centavos). Sendo o valor de R\$ 899.697,09 (oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e nove centavos) com recursos da união, e R\$ 1.000,00 (um mil reais) com contrapartida do município.**

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura, na Comunidade da Aldeia do Caucho / terra indígena, zona rural, em atendimento ao Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado entre o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, e a Prefeitura Municipal de Tarauacá.	Obra/serviço de Engenharia	REF. 01: SINAPI – 08/2024	<b>R\$ 900.697,09</b>


**Área Construída: 867,36 m<sup>2</sup>**  
**Custo da Obra Sem BDI: R\$ 746.722,84**  
**BDI Adotado Obra: 20,62%**  
**Leis Sociais Desoneradas 115,79%**  
**Custo Total da Obra: R\$ 900.697,09**  
**Custo por m<sup>2</sup>: 1.038,44/m<sup>2</sup>**

ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ				
CONV.:	942470/2023			
OBJETO:	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC	REFERÊNCIAS:	SINAPI	AGOSTO/2024
LOCAL:	COMUNIDADE CAUCHO, TARAUACÁ - AC	BDI:	20,62%	
DATA:	OUTUBRO/2024	LEIS SOCIAIS:	115,79%	NÃO DESONERADO
RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA				
META	SUBMETA	MACRO SERVIÇO	SERVIÇOS	VALOR TOTAL (R\$)
1	1		CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC	
			CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/AC	
		1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	32.895,00
		2	SERVIÇOS PRELIMINARES	28.067,22
		3	CANTEIRO DE OBRAS	19.426,37
		4	SERVIÇOS TÉCNICOS	10.662,96
		5	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	7.113,14
		6	INFRAESTRUTURA	92.078,51
		7	SUPERESTRUTURA	101.587,63
		8	IMPERMEABILIZAÇÃO	7.393,67
		9	PAREDES E PAINÉIS	94.943,67
		10	REVESTIMENTOS E TRATAMENTOS DE SUPERFÍCIES E PINTURA	106.681,48
		11	COBERTURA	163.253,49
		12	PISOS	145.624,65
		13	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	11.535,23
		14	EQUIPAMENTOS	17.793,39
		15	ARQUIBANCADA - 1 UNIDADE	58.034,16
		16	SERVIÇOS FINAIS	3.606,52
TOTAL GERAL COM L.S. 115,79% E SEM BDI				746.722,84
PARCELA REFERENTE AO BDI 20,62%				153.974,25
TOTAL COM BDI				900.697,09

**IMAGEM 04 – RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA**

## 8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - (ART. 18, § 1º, VII DA LEI 14.133/2021).

8.1 - A solução escolhida para atendimento da necessidade identificada consiste na Construção de uma Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho / terra indígena, no Município de Tarauacá/Acre, conforme especificações técnicas, escopo físico e condições estabelecidas no Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado com o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte e a Prefeitura de Tarauacá/Acre.

 MINISTÉRIO DA DEFESA TRANSFEREGOV
<b>Nº / ANO DA PROPOSTA:</b> 015734/2023
<b>OBJETO:</b> Construção de Quadra poliesportiva no município de Tarauacá/AC
<b>CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:</b> O município de Tarauacá em parceria com o Ministério da Defesa, busca através desta proposta promover a execução de Construção de Quadra Poliesportiva. A meta, em regime de mútua colaboração, oportunidade e conveniência da parceria entre o proponente e a concedente, tem como objetivo a aplicação dos recursos transferidos, na melhoria da infraestrutura básica, na qualidade de vida da população e na promoção do desenvolvimento sustentável da região.
<b>RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:</b> Os recursos solicitados serão direcionados para a Construção de Quadra Poliesportiva no município de Tarauacá. O projeto está de acordo com as diretrizes do programa Callu Norte, que trata da melhoria de infraestrutura nas áreas de defesa, educação, segurança pública, assistência social e principalmente através do esporte, para que a prefeitura municipal realize projetos que afim de estimular principalmente as crianças da comunidade a oportunidade de aprendizagem e prática dos esportes
<b>PÚBLICO ALVO:</b> Com o objeto proposto nosso alvo é atingir a população da Aldeia do Caucho e arredores, atendendo cerca de 1000 pessoas. O público alvo é primordialmente composto por famílias de baixa renda e em condição de vulnerabilidade social/exclusão social, com a faixa etária variando entre 1 a 60 anos, em sua maior parte crianças acompanhados de seus pais. A quadra irá atender a demanda da grande massa de crianças, jovens e adolescentes que não dispõem de espaços adequados para a prática de esportes.
<b>PROBLEMA A SER RESOLVIDO:</b> O projeto visa sanar problemas como a falta de infraestrutura na área do esporte e do lazer, onde dificilmente solucionaremos os grandes problemas sociais neste mundo globalizado, sem estarmos unidos com a mesma finalidade. Parcerias entre Governo Federal, Governo Estadual e municipais, vem de encontro ao caminho longo e árduo a ser percorrido em busca de uma vida mais longa. Com vistas a colocar o esporte a serviço desse desenvolvimento harmonioso, e incentivar a promoção da dignidade humana
<b>RESULTADOS ESPERADOS:</b> Implantar as atividades de lazer no bairro que será beneficiado, através de campeonatos, potencializando a prática de esporte no município, para assim envolver, crianças, adolescentes e seus pais, promovendo a cultura do esporte. Com a prática constante das atividades buscaremos resgatar as crianças, adolescentes e jovens que encontram-se ociosos nas ruas, ou em casa, e assim

**Imagem 05 – Proposta de Trabalho / Transferegov**

8.2 - A solução compreende a execução integral de obra de engenharia destinada à implantação de equipamento público esportivo adequado à prática de múltiplas modalidades esportivas, atividades recreativas, educacionais e eventos comunitários, contemplando desde os serviços preliminares até a entrega final da edificação em plenas condições de uso. A quadra poliesportiva deverá possuir dimensões compatíveis com os padrões usuais para práticas esportivas coletivas, piso adequado à atividade física, marcações esportivas regulamentares e equipamentos esportivos básicos.

8.3 - A cobertura da quadra constitui elemento essencial da solução adotada, uma vez que garante a utilização do espaço em diferentes condições climáticas, protegendo os usuários contra chuvas intensas e exposição excessiva ao sol, características marcantes da região. A estrutura de cobertura deverá ser dimensionada de acordo com as normas técnicas aplicáveis, assegurando estabilidade, segurança, durabilidade e adequado conforto ambiental aos usuários.

8.4 - A solução engloba, ainda, a execução de fundações, estruturas, sistemas de drenagem, instalações elétricas e demais instalações necessárias ao funcionamento adequado do equipamento, bem como a implantação de acessos e elementos que assegurem a acessibilidade universal, permitindo o uso da quadra por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os materiais e sistemas construtivos a serem empregados deverão atender às normas técnicas vigentes, às exigências de qualidade e desempenho, e às condições de manutenção compatíveis com a capacidade operacional do Município.

8.5 - A execução da obra deverá observar o projeto básico ou executivo aprovado, o cronograma físico-financeiro do convênio e as boas práticas de engenharia, garantindo a entrega de solução completa, funcional e compatível com o interesse público. A solução escolhida também considera a necessidade de baixa complexidade operacional e de manutenção, buscando reduzir custos futuros e assegurar a sustentabilidade do equipamento ao longo de sua vida útil.

8.6 - Dessa forma, a construção da quadra poliesportiva com cobertura representa uma solução completa, tecnicamente adequada e socialmente relevante, capaz de atender às demandas da Comunidade do Caucho, promover o esporte e o lazer, fortalecer a integração social e assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município no âmbito do convênio firmado.

8.7 – Do mais, a contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços.

8.7.1 - O regime de contratação convencional caracteriza-se pela contratação da obra com base em um projeto executivo previamente elaborado pela Administração, atribuindo ao contratado apenas a responsabilidade pela execução dos serviços e fornecimento de materiais, conforme especificado no projeto executivo e no cronograma licitatório.

8.7.2 - Mediante prévia autorização da Administração, o projeto executivo poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução ou facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico, e mantido as exigências constantes na legislação sanitária vigente.

8.7.3 - Este regime oferece maior controle à Administração sobre o escopo e a execução do empreendimento, reduzindo a transferência de riscos ao contratado.

8.7.4 - É recomendado para projetos em que a solução técnica já se encontra completamente desenvolvida e há baixo nível de incerteza em relação à execução.

8.9 – Vale ressaltar que no memorial descritivo, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

8.10 - Consta do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Consta também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

8.11- As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos. Classificação do objeto: **Contrato por escopo**, conforme do Art. 6, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação tradicional, na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, regida pela Lei nº 14.133/2021. A concorrência foi escolhida por ser a modalidade de licitação preferencial para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Os procedimentos para operação da sessão pública a partir da abertura da licitação até a etapa de homologação observam as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.12 - Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta, através de empreitada por preço global**.

**Modalidade da Licitação:** Concorrência Eletrônica;

**Regime de Contratação:** Empreitada por Preço global;

**Forma:** Eletrônica;

**Modo de Disputa:** aberto;

**Critério de julgamento:** Menor preço;

**Tipo de Serviço:** Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;

**Tipo de Obra:** Construção

**Data Base do Orçamento:** SINAPI – 08/2024.

8.13 - A adoção do regime de execução por empreitada por preço global para a contratação da Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho mostra-se tecnicamente adequada e juridicamente justificada, considerando as características do objeto, o nível de definição do projeto e os objetivos da Administração Pública.

8.14 - A obra a ser executada possui escopo claramente definido, com soluções técnicas padronizadas, amplamente conhecidas no mercado e passíveis de detalhamento prévio por meio de projeto básico ou executivo, contendo a descrição completa dos serviços, especificações técnicas, quantitativos e cronograma físico-financeiro. Nessas condições, é possível estimar

com precisão os custos globais da obra, reduzindo incertezas quanto às quantidades e etapas de execução.

8.15 - O regime de empreitada por preço global permite que a contratada assuma a responsabilidade pela execução integral da obra pelo valor total previamente ajustado, abrangendo todos os serviços, materiais, equipamentos, encargos e demais custos necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de funcionamento. Esse modelo contribui para maior previsibilidade orçamentária, controle financeiro e segurança jurídica, uma vez que minimiza a ocorrência de aditivos contratuais decorrentes de variações de quantitativos, desde que respeitado o projeto aprovado.

8.16 - Sob a perspectiva da Administração, a empreitada por preço global simplifica a fiscalização e a gestão contratual, pois o acompanhamento passa a se concentrar na verificação do cumprimento das etapas e da qualidade dos serviços executados, em consonância com o projeto e o cronograma estabelecidos, e não na medição individualizada de cada insumo ou serviço unitário. Tal característica é especialmente relevante considerando a capacidade operacional do Município e a necessidade de garantir eficiência na gestão do contrato.

8.17 - Além disso, o regime adotado é compatível com as diretrizes do Convênio SICONV nº 942470/2023, uma vez que assegura maior aderência ao cronograma físico-financeiro pactuado, facilita a prestação de contas e reduz riscos de desvios na aplicação dos recursos transferidos. Também incentiva a contratada a planejar adequadamente a execução da obra, otimizando recursos e prazos, uma vez que eventuais ineficiências operacionais impactam diretamente seus custos internos.

8.18 - Dessa forma, a escolha do regime de empreitada por preço global revela-se a opção mais vantajosa para a Administração, uma vez que, tais projetos já foram aprovados pelo Ministério, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e segurança jurídica, além de ser plenamente compatível com o objeto da contratação e com o interesse público envolvido.

8.19 - Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;
- maior desconto;

8.20 - Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.21 - O prazo para execução da obra será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de início na Ordem de Serviço. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC, devendo a Contratada submeter à aprovação da Prefeitura Municipal a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

8.22 - Quando houver divergências entre estas especificações, os projetos apresentados e outros documentos apresentados deverão ser seguidos à ordem de prevalência:

- As normas técnicas prevalecem sobre as especificações técnicas e projetos apresentados;
- As cotas apresentadas prevalecem sobre as dimensões, medidas em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
- Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os de datas mais antigas.

## **9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VIII DA LEI 14.133/2021).**

9.1 - A contratação destinada à Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho / terra indígena, no Município de Tarauacá/Acre, não se mostra passível de parcelamento, sob os aspectos técnico, econômico e operacional, razão pela qual recomenda-se sua execução de forma integral, por meio de uma única contratação.

9.2 - O objeto caracteriza-se como obra de engenharia com escopo unitário, indivisível do ponto de vista funcional, uma vez que os diversos serviços que a compõem, tais como fundações, estruturas, cobertura, piso esportivo, instalações elétricas, drenagem, acessibilidade e demais elementos construtivos, são interdependentes e devem ser executados de maneira integrada para garantir a funcionalidade, a segurança, o desempenho e a durabilidade da edificação. O parcelamento da contratação poderia comprometer a adequada coordenação técnica entre as etapas da obra, aumentar riscos de incompatibilidades construtivas e dificultar a responsabilização por eventuais falhas na execução.

9.3 - Sob o aspecto econômico, o parcelamento da obra em múltiplas contratações tende a reduzir a eficiência do gasto público, uma vez que poderia gerar sobreposição de custos indiretos, duplicidade de mobilização e desmobilização de equipes, maior complexidade logística e aumento dos custos administrativos para a Administração Municipal. Além disso, a contratação integrada permite melhor aproveitamento de economias de escala e maior previsibilidade orçamentária, especialmente considerando as particularidades de acesso e logística da Comunidade do Caucho.

9.4 - Do ponto de vista operacional e de gestão contratual, a execução da obra por meio de uma única contratação facilita o acompanhamento, a fiscalização e o controle do cronograma físico-financeiro, reduzindo riscos de atrasos decorrentes de conflitos entre contratadas distintas ou de dificuldades de coordenação entre etapas fragmentadas. Tal aspecto é especialmente relevante considerando a necessidade de cumprimento rigoroso dos prazos e metas estabelecidos no Convênio SICONV nº 942470/2023, bem como as exigências de prestação de contas dos recursos transferidos pela União.

9.5 - Ademais, o regime de execução por empreitada por preço global adotado para a contratação pressupõe a execução integral do objeto por um único contratado, com responsabilidade concentrada sobre o resultado final da obra, o que contribui para maior segurança jurídica, melhor alocação de riscos e maior eficiência na execução.

9.6 - Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento da contratação atende ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, mostrando-se a opção mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, garantindo a entrega de solução completa, funcional e alinhada ao interesse público, sem prejuízo da competitividade do certame.

## **10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - (ART. 18, § 1º, IX DA LEI 14.133/2021).**

10.1 - A contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho tem como resultados pretendidos a geração de benefícios sociais, culturais, esportivos e institucionais à população local, considerando de forma específica o fato de a comunidade contemplar uma aldeia indígena, o que reforça a relevância social, cultural e inclusiva do empreendimento.

10.2 - Como resultado principal, espera-se a implantação de infraestrutura esportiva pública adequada, segura e funcional, capaz de atender tanto a população da comunidade quanto os integrantes da aldeia indígena ali existente, promovendo o acesso equitativo a espaços de esporte, lazer e convivência comunitária. A quadra poliesportiva com cobertura permitirá a prática regular de atividades físicas, esportivas e recreativas por crianças, adolescentes, jovens

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

e adultos, respeitando a diversidade cultural e fortalecendo hábitos saudáveis, a qualidade de vida e o bem-estar da população indígena e não indígena.

10.3 - A disponibilização desse equipamento público também contribuirá para o fortalecimento da inclusão social, do respeito intercultural e da integração comunitária, ao possibilitar a realização de eventos esportivos, culturais, educacionais e comunitários que valorizem as tradições locais presentes na Comunidade do Caucho. A quadra poderá servir como espaço de apoio a ações governamentais voltadas à juventude, à educação, à cultura, ao esporte e à cidadania, inclusive aquelas direcionadas especificamente às comunidades indígenas.

10.4 - Sob a ótica da Administração Pública, os resultados pretendidos incluem o cumprimento integral do objeto do Convênio SICONV nº 942470/2023, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos transferidos pela União, a mitigação de riscos administrativos e financeiros e o fortalecimento da credibilidade institucional do Município de Tarauacá junto aos órgãos concedentes. A quadra poliesportiva com cobertura permitirá o uso contínuo do espaço ao longo do ano, independentemente das condições climáticas, ampliando o acesso da comunidade às atividades esportivas e sociais.

10.5 - Do ponto de vista da economicidade e da sustentabilidade, a contratação busca maximizar os benefícios sociais do investimento público ao longo do ciclo de vida da edificação, reduzindo custos futuros com manutenções corretivas e assegurando o uso contínuo e diversificado do espaço. A obra contribuirá para o desenvolvimento social local, para a valorização das comunidades indígenas e para a promoção da igualdade no acesso a equipamentos públicos essenciais.

10.6 - Dessa forma, os resultados pretendidos com a contratação consistem na ampliação do acesso ao esporte e ao lazer, na promoção da inclusão social e cultural da população indígena e não indígena, no fortalecimento do convívio comunitário, na valorização da cidadania e na garantia de eficiência, economicidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos, atendendo plenamente ao interesse público envolvido.

## 11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO - (ART. 18, § 1º, X DA LEI 14.133/2021).

11.1 - A Administração indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato: Providências que serão necessárias pela Administração para iniciar a execução do objeto: Definir local de canteiro de obra. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;

	<b>ESTADO DO ACRE</b> <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b>	Fls: _____ Rubrica: _____
---	--	------------------------------

- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e assinatura e publicação do contrato.

11.2 - Para a adequada condução da contratação destinada à Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade do Caucho, recomenda-se a adoção prévia de providências administrativas, técnicas, jurídicas e institucionais capazes de assegurar a regularidade do certame, a mitigação de riscos e a correta execução do objeto.

11.3 - Deverá ser concluída, revisada e formalmente aprovada a documentação técnica indispensável à contratação, especialmente o projeto básico ou projeto executivo de engenharia, contemplando plantas, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro, em estrita conformidade com o plano de trabalho aprovado no âmbito do Convênio SICONV nº 942470/2023. Essa documentação deverá estar compatível com as exigências da Lei nº 14.133/2021 e, quando aplicável, ser submetida à análise e validação do órgão concedente.

11.4 - É necessária a verificação prévia da disponibilidade orçamentária e financeira, assegurando a compatibilidade entre a dotação orçamentária municipal, os recursos provenientes da transferência voluntária da União e o cronograma de desembolso previsto no convênio. O processo administrativo deverá ser devidamente instruído, organizado e formalizado, com a juntada de todos os documentos exigidos pela legislação vigente e pelas normas específicas do Programa Calha Norte.

11.5 - Recomenda-se a elaboração e aprovação do edital de licitação e de seus anexos, observando-se o regime de execução por empreitada por preço global, com definição clara do objeto, critérios de julgamento, obrigações da contratada, prazos, condições de execução, medições, pagamentos e penalidades, garantindo transparência, competitividade e segurança jurídica ao certame.

11.6 - Antes da celebração do contrato, deverá ser designada formalmente a equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, preferencialmente composta por servidores com

	<p style="text-align: center;"><b>ESTADO DO ACRE</b>  <b>MUNICÍPIO DE TARAUACÁ</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER</b></p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

qualificação técnica compatível com obras e serviços de engenharia. Caso necessário, recomenda-se a realização de capacitação prévia desses servidores, especialmente quanto às rotinas de fiscalização de obras, controle de qualidade, acompanhamento do cronograma físico-financeiro, medições, registro em diário de obras e prestação de contas dos recursos vinculados ao convênio.

11.7 - Considerando que a Comunidade do Caucho contempla uma aldeia indígena, recomenda-se a adoção de providências específicas de articulação institucional e diálogo prévio com a comunidade local e suas lideranças, de modo a assegurar transparência, participação social, respeito às especificidades socioculturais e mitigação de eventuais impactos sociais decorrentes da execução da obra. Quando aplicável, deverão ser observadas orientações de órgãos competentes relacionados à temática indígena, especialmente no que se refere à convivência comunitária e ao uso do equipamento público.

11.8 - Adicionalmente, deverão ser providenciadas, quando exigidas, as licenças, autorizações e manifestações dos órgãos competentes, inclusive ambientais e urbanísticas, bem como definidos previamente os procedimentos internos para o recebimento provisório e definitivo da obra, assegurando que a Administração esteja plenamente preparada para a fase de execução contratual e para a correta conclusão do objeto.

## 12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI DA LEI 14.133/2021).

12.1 - A contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade da Aldeia do Caucho não se apresenta, em regra, como diretamente dependente de outras contratações simultâneas para sua execução principal, uma vez que o objeto contempla a entrega de obra completa, acabada e em plenas condições de uso, conforme previsto no Convênio SICONV nº 942470/2023 e no regime de empreitada por preço global adotado.

12.2 - Todavia, identifica-se a existência de possíveis contratações correlatas de natureza acessória ou complementar, que poderão ocorrer antes, durante ou após a execução da obra, a depender das condições locais e das decisões administrativas do Município. Dentre essas, podem ser mencionadas eventuais contratações relacionadas à elaboração ou revisão de projetos técnicos especializados, caso não executados por equipe própria, bem como serviços de apoio técnico à fiscalização da obra, se houver limitação de capacidade operacional interna.

12.3 - Após a conclusão da obra, poderão ser necessárias contratações futuras destinadas ao fornecimento complementar de equipamentos esportivos, materiais de apoio ou mobiliários, caso tais itens não estejam integralmente contemplados no escopo da obra, bem como serviços

de manutenção preventiva e corretiva do equipamento público, visando assegurar sua adequada conservação e funcionamento ao longo do tempo.

12.4 - Ressalta-se que eventual ausência ou atraso na realização dessas contratações correlatas não compromete a execução principal da obra, mas pode impactar o pleno aproveitamento do equipamento público após sua entrega, especialmente no que se refere à operacionalização das atividades esportivas e comunitárias. Assim, recomenda-se que a Administração avalie, de forma integrada ao planejamento institucional, a necessidade e o momento oportuno para a realização dessas contratações complementares, de modo a maximizar os benefícios sociais do investimento realizado.

12.5 - Não se identificam, portanto, contratações interdependentes que condicionem a execução da obra principal, mas apenas contratações correlatas potenciais, cuja gestão adequada contribui para a plena funcionalidade e sustentabilidade do equipamento público a ser implantado.

### **13 – IMPACTOS AMBIENTAIS - (ART. 18, § 1º, XII DA LEI 14.133/2021).**

13.1 - O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público. Tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) a observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) o emprego apurado dos recursos públicos;
- c) conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- f) observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

13.2 - Em seu art. 45, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra contratada.

13.3 - Na mesma interpretação, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

13.4 - Sob esse viés normativo, a contratação pretendida neste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

13.5 - Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que dispõe que deve, o Projeto Básico, conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

13.6 - Diante disso, na execução da obra, deverão a contratante e a contratada proceder com a observância das normas de proteção ambiental, cabendo à Administração a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a contratada o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13.7 - A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

13.8 - A contratação para a Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade da Aldeia do Caucho envolve a execução de obra de pequeno porte, com impactos ambientais localizados e temporários, típicos de intervenções de infraestrutura urbana e comunitária. Ainda assim, é necessária a avaliação prévia dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto, bem como a adoção de medidas mitigadoras adequadas, em observância à legislação ambiental vigente e aos princípios do desenvolvimento sustentável.

13.9 - Durante a fase de execução da obra, os principais impactos ambientais potenciais relacionam-se à movimentação de solo, geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira, ruídos provenientes do uso de equipamentos e máquinas, bem como eventual supressão pontual de vegetação, se aplicável. Tais impactos, embora de baixa magnitude, podem afetar temporariamente o entorno da obra e a rotina da comunidade local, incluindo a aldeia indígena existente na Comunidade do Caucho.

13.10 - Para mitigação desses impactos, a contratada deverá adotar práticas adequadas de gestão ambiental, incluindo o correto manejo, segregação e destinação final dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental aplicável. Deverão ser implementadas medidas de controle de poeira, como umedecimento de áreas expostas, e de redução de ruídos, mediante uso adequado de equipamentos e observância de horários compatíveis com a rotina da comunidade.

13.11 - Caso haja necessidade de intervenção em áreas com cobertura vegetal, deverão ser adotadas medidas para minimizar danos ambientais, preservando-se, sempre que possível, a vegetação existente e promovendo a recuperação de áreas eventualmente degradadas. A execução da obra deverá respeitar as condicionantes ambientais eventualmente estabelecidas pelo órgão competente, bem como eventuais exigências de licenciamento ambiental ou de dispensa formal, conforme o caso.

13.12 - No que se refere à fase de operação do equipamento, a quadra poliesportiva com cobertura apresenta impactos ambientais reduzidos, sendo considerada uma edificação de uso coletivo com baixo consumo de recursos naturais. A adoção de soluções construtivas que favoreçam a ventilação natural e o aproveitamento da iluminação natural contribui para a redução do consumo de energia elétrica e para a eficiência ambiental da edificação. A durabilidade dos materiais e a baixa necessidade de manutenção corretiva também constituem fatores relevantes para a sustentabilidade ambiental da obra.

13.13 - Dessa forma, conclui-se que a contratação é ambientalmente viável, desde que observadas as medidas mitigadoras propostas e assegurado o respeito às características ambientais e socioculturais da Comunidade da aldeia do Caucho, garantindo que a execução e a operação da quadra poliesportiva ocorram de maneira sustentável, responsável e alinhada ao interesse público.

#### **14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, XIII DA LEI 14.133/2021).**

14.1 - Com base nas análises desenvolvidas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação destinada à Construção de Quadra Poliesportiva com cobertura na Comunidade da Aldeia do Caucho, no Município de Tarauacá/Acre, é adequada, tecnicamente viável, economicamente vantajosa e plenamente alinhada ao interesse público.

14.2 - A necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada, considerando a inexistência de infraestrutura esportiva adequada na comunidade, a relevância social do equipamento público para a promoção do esporte, do lazer, da inclusão social e da convivência

comunitária, bem como a especificidade de a área contemplar uma aldeia indígena, o que reforça o caráter inclusivo, intercultural e socialmente estratégico da intervenção. A contratação é imprescindível para o atendimento do Convênio SICONV nº 942470/2023, celebrado com o Ministério da Defesa, por meio do Departamento do Programa Calha Norte, sendo condição essencial para o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município e para a correta aplicação dos recursos públicos transferidos.

14.3 - Do ponto de vista técnico, a solução escolhida, consistente na construção de quadra poliesportiva com cobertura, apresenta-se compatível com as necessidades identificadas, com tecnologias amplamente difundidas no mercado, normas técnicas consolidadas e métodos construtivos adequados à realidade local. O regime de execução por empreitada por preço global mostra-se apropriado, uma vez que o objeto possui escopo definido, permite adequado controle da execução e assegura maior previsibilidade orçamentária e segurança jurídica à Administração.

14.4 - Sob o aspecto econômico, a contratação revela-se vantajosa, considerando a relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida da edificação, a durabilidade da solução adotada, a ampliação do período de uso do equipamento em razão da cobertura e a maximização dos benefícios sociais gerados. A estimativa de valor, fundamentada em referências oficiais e parâmetros de mercado, contribui para a mitigação de riscos de sobrepreço e para a seleção da proposta mais vantajosa.

14.5 - No que se refere aos aspectos ambientais e socioambientais, a avaliação realizada indica que a contratação é ambientalmente viável, desde que observadas as medidas mitigadoras propostas, com impactos ambientais localizados e controláveis. A consideração das especificidades socioculturais da Comunidade do Caucho, especialmente da aldeia indígena ali existente, reforça a necessidade de uma execução responsável, participativa e respeitosa, compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável.

14.6 - Diante do exposto, conclui-se que a contratação proposta atende aos requisitos legais, técnicos, econômicos, ambientais e sociais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelas boas práticas de planejamento das contratações públicas, mostrando-se plenamente justificada e recomendada para atendimento do interesse público, viabilizando a implementação de política pública relevante e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município de Tarauacá.

Tarauacá, 02 de fevereiro de 2026.

**Elaborado por:**

**FRANCISCO EDNILTON SANTOS NASCIMENTO**

Diretor de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer

Portaria nº 210/2025

**CREUZILENE DE MATOS DANTAS**

Gerente de Convênios

Portaria nº 283/2025

**ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA**

Assessora Técnica de Engenharia

Portaria nº 202/2025

Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

**Aprovado por:**

**JOÃO JANICÉLIO MARINHO FONTENELES**

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Decreto nº 041/2025